
Ética, integridade e cultura de integridade: reflexões a partir do contexto brasileiro¹

Jefferson Mainardes²

 <https://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

Resumo

Este artigo apresenta conceitos básicos de integridade, integridade científica e integridade acadêmica bem como algumas propostas para a promoção da cultura de integridade nas Instituições de Ensino Superior, agências de fomento e fundações de pesquisa. Argumenta-se que: a) a ética e a integridade são conceitos distintos, mas inter-relacionados e que é produtivo associá-los em documentos, políticas institucionais e pesquisas; b) os conceitos de integridade científica e integridade acadêmica são essenciais para garantir a credibilidade e a confiabilidade da pesquisa; e c) a promoção de uma cultura de integridade requer a criação de políticas institucionais de ética e integridade.

Palavras-chave: Integridade acadêmica; Integridade científica; Cultura de integridade.

Ethics, integrity and culture of integrity: reflections from the Brazilian context

Abstract

This article presents basic concepts of integrity, scientific integrity and academic integrity as well as some proposals for promoting a culture of integrity in Higher Education Institutions, funding agencies and research foundations. It is argued that: a) ethics and integrity are distinct concepts, but they are interrelated and that it is productive to associate them in documents, institutional policies and research; b) the concepts of scientific integrity and academic integrity are essential to guarantee the credibility and reliability of the research; and c) the promotion of a culture of integrity requires the creation of institutional policies of ethics and integrity.

Keywords: Academic integrity; Scientific integrity; Integrity culture.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar conceitos básicos de ética e de integridade e alternativas para a promoção de uma cultura de integridade no contexto brasileiro. Trata-se de um artigo de natureza bibliográfica, cuja metodologia partiu do levantamento de publicações sobre ética e integridade em português, inglês e francês. A partir desse levantamento, constatou-

¹ Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, jefferson.m@uol.com.br.

se que, no Brasil, a literatura disponível sobre a temática ainda é escassa. Na língua inglesa, foram catalogadas diversas publicações que indicam um desenvolvimento teórico relevante sobre ética e integridade, a partir de 1992 (e.g. RETTINGER; BERTRAM GALLANT, 2022). As perguntas que orientaram a pesquisa foram as seguintes: Quais são as relações entre ética e integridade? Quais são as diferenças e semelhanças nos conceitos de integridade acadêmica e científica? Quais são as alternativas possíveis para promover a cultura de integridade no contexto brasileiro?

Ética e integridade na prática científica e na publicação

Desde o início da década de 1990, pesquisadores de diferentes países têm se dedicado ao estudo e à promoção da ética e da integridade na prática científica e na publicação. Por um lado, esses pesquisadores têm enfrentado problemáticas cruciais, tais como: plágio; autoplágio; desonestidade acadêmica; más condutas em pesquisa; diferentes tipos de fraude acadêmica utilizadas por pesquisadores ou estudantes; publicação duplicada de artigos; *salami slice*³; diferentes tipos de fraudes contratuais (compra e venda de trabalhos); uso de ferramentas da Inteligência Artificial na redação acadêmica, entre outras (ALMEIDA *et al.*, 2015, 2016; BERGADAÀ; PEIXOTO, 2021; BRETAG, 2016; CERDÀ-NAVARRO *et al.*, 2023; COMAS FORGAS *et al.*, 2023; LANCASTER, 2021; MARANHÃO; SANTOS; FERREIRA, 2017; MARINHO; VARELLA, 2015; MCCABE, 1992; RETTINGER; BERTRAM GALLANT, 2022). Por outro lado, uma série de abordagens positivas e propositivas têm sido desenvolvidas, a saber: a promoção da cultura de integridade; a importância das políticas institucionais de boas práticas de pesquisa e integridade; a relevância da produção de documentos (guias) de boas práticas de pesquisa e integridade; e orientações antiplágio (BRETAG, 2020; HENDERSHOTT; DRINAN; CROSS, 2000; NUNES, 2019, 2023).

No Brasil, há uma vasta produção sobre ética em pesquisa, principalmente sobre revisão ética e sobre o Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Contudo, a literatura sobre integridade é ainda escassa (e.g. BARBOSA; RODRIGUES; NOVAES, 2019; MACHADO; PIRES, 2022; MARANHÃO; SANTOS; FERREIRA, 2017; MARINHO; VARELLA, 2015).

³ Expressão utilizada para designar a fragmentação de uma pesquisa em diversos artigos e publicações, com o objetivo de ampliar o currículo pessoal.

Em 2011, a Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou um relatório intitulado “Ética e Integridade na Prática Científica” (BRASIL, 2011), o qual reuniu os dois conceitos. Em virtude do número reduzido de publicações, neste artigo, apresentamos conceitos básicos de integridade, integridade acadêmica, integridade científica e cultura de integridade.

Integridade

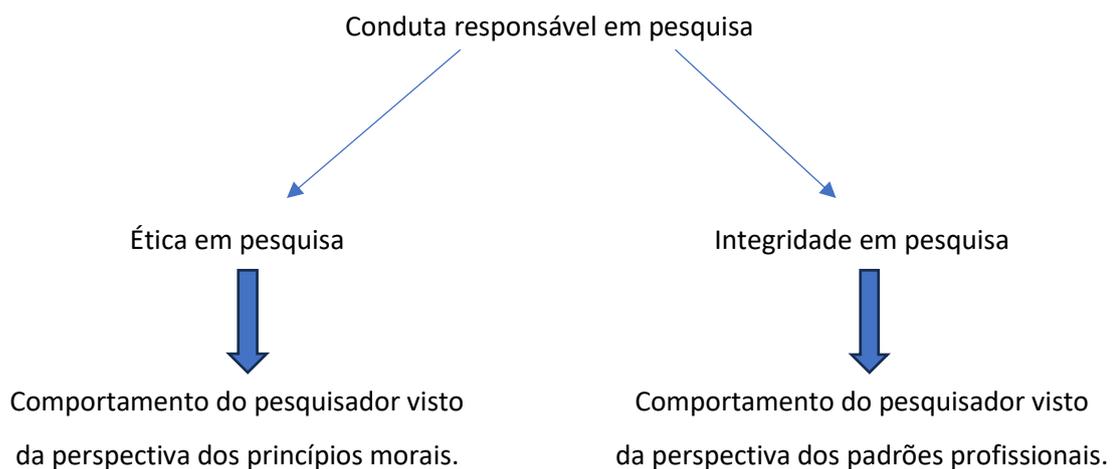
O termo “integridade” deriva do idioma Latim *integritas* (qualidade de ser inteiro). O Dicionário da Academia Brasileira de Letras (ABL) define integridade como: “Qualidade de quem é íntegro, honesto, correto; honestidade, probidade. [...]. Estado do que está inteiro ou completo” (ABL, 2008, p. 731). Em inglês, o termo *integrity* foi utilizado, pela primeira vez, em 1450 (KRAVJAR, 2018). Para Casado *et al.* (2016), a integridade reporta-se etimologicamente a uma totalidade incorrupta. Para as autoras, a integridade, como totalidade intacta, “[...] pode ser de ordem física, psíquica ou moral, estruturar-se no plano pessoal ou profissional, além de se poder referir ao ser humano como à globalidade dos seres — diferentes sentidos que a bioética tem desenvolvido” (CASADO *et al.*, 2016, p. 28). No sentido moral, a integridade pode ser definida como “[...] fidelidade a um sistema axiológico e normativo assumido pelo próprio, consistindo na rectidão do agir relativamente à moral comum” (CASADO *et al.*, 2016, p. 29). Sob uma perspectiva deontológica, a integridade refere-se a um modo de ser e de agir independente de conveniências particulares e imune a pressões exteriores suscetíveis de influenciarem comportamentos de acordo com interesses sectários (CASADO *et al.*, 2016). No domínio da investigação científica, a integridade impõe-se primordialmente como dever, como um requisito ético-legal comum à maioria dos códigos deontológicos nos quais se define genericamente como:

- honestidade, no compromisso com a verdade;
- independência, na preservação da liberdade de acção em relação a pressões exteriores à profissão;
- imparcialidade, na isenção ou neutralidade da prática profissional em relação a interesses sectários. (CASADO *et al.*, 2016, p. 30).

Ética e integridade em pesquisa

Não há um consenso sobre o uso dos termos “ética em pesquisa” e “integridade em pesquisa”. Steneck (2006) define a ética em pesquisa como o comportamento do pesquisador visto da perspectiva dos princípios morais e a integridade em pesquisa como o comportamento do pesquisador visto na perspectiva dos padrões profissionais. Para o autor, a *conduta responsável em pesquisa*⁴ é o elemento que une a ética em pesquisa e a integridade em pesquisa⁵, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Ética em pesquisa x integridade em pesquisa



Fonte: Steneck (2006, p. 56, tradução nossa).

Alguns documentos internacionais consideram a ética como um dos elementos da integridade. Por exemplo, o documento *The Concordat to Support Research Integrity* (2019) considera que os membros da comunidade de pesquisa das instituições signatárias

⁴ Em inglês, *Responsible Conduct of Research* (RCR).

⁵ Steneck (2006) considera que a conduta responsável de pesquisa (*responsible conduct of research*) é o comportamento ideal. No extremo, estão as piores práticas, que abrangem a fabricação, a falsificação e o plágio. Há, ainda, as práticas questionáveis de pesquisas, que envolvem uma série de práticas, tais como: a deturpação de dados e análises, a imprecisão, os vieses, a publicação duplicada, o fatiamento das pesquisas para publicação (*salami slice*).

comprometem-se a: a) manter os mais altos padrões de rigor e integridade em todos os aspectos da pesquisa; b) garantir que a pesquisa seja conduzida de acordo com as *normas éticas*, legais e estruturas, obrigações e padrões profissionais; c) apoiar um ambiente de pesquisa sustentado por uma cultura de integridade e com base em boa governança, melhores práticas e suporte para o desenvolvimento de pesquisadores; d) usar processos transparentes, oportunos, robustos e justos para lidar com alegações de má conduta de pesquisa quando eles surgem; e e) trabalhar juntos para fortalecer a integridade da pesquisa.

Parry (2017) explica que, na prática, uma instituição pode ter um código de integridade em pesquisa ao qual todos os seus pesquisadores devem aderir, enquanto outra pode ter um código de ética em pesquisa que atende o mesmo propósito. Apesar dos diferentes termos usados em seus títulos, ambos os documentos podem cobrir as mesmas questões.

Particularmente, consideramos que a ética e a integridade são noções distintas, mas inter-relacionadas e que é benéfico associá-las. No Brasil, a ética tem sido relacionada à ética em pesquisa e ao processo de revisão (avaliação) ética. A integridade tem sido associada às boas práticas de pesquisa e de publicação. Em nossa perspectiva, o termo “ética e integridade acadêmica e científica” permite uma ampliação das possibilidades de pesquisa, de ação e de reflexão.

Integridade científica e integridade acadêmica

A integridade científica refere-se à adesão às práticas responsáveis de pesquisa. O pesquisador é responsável pelo tratamento ético dos participantes da pesquisa, mas também pelo rigor e pela honestidade durante todo o processo de pesquisa (GORUP, 2020). Entre as publicações que assumem o conceito de integridade científica, destacamos os seguintes livros: *Scientific Integrity: text and cases in responsible conduct research* (MACRINA, 2014), *Scientific integrity and research ethics: an approach from the ethos of Science* (KOEPSSELL, 2017) e *Handbook of research ethics and scientific integrity* (IPHOFEN, 2020).

Koepsell (2017) indica cinco principais áreas nas quais as más condutas em pesquisa podem ser constatadas: fontes e citações; coleta de dados, manipulação e curadoria; correlação sem causalidade; vieses na publicação; e fraude. O autor também dedica um capítulo para

questões de autoria (fraudes, *salami science* e autoplágio) e outro capítulo para tratar de propriedade intelectual e ciência. O *handbook* organizado por Iphofen (2020) possui 64 capítulos, organizados em seis partes, a saber: I – Introdução, II – Regulação em pesquisa, III – Tópicos-chave em ética em pesquisa (risco, consentimento informado, privacidade, anonimização, ocultação dos objetivos da pesquisa, compartilhamento de benefícios, entre outros), IV – Métodos de pesquisa, V – Sujeitos e participantes, VI – Profissões e disciplinas. Macrina (2014) considera que a integridade científica abrange diversas preocupações enfrentadas pelos cientistas, tais como: a proteção de animais e seres humanos nas pesquisas experimentais; a publicação científica; a propriedade intelectual; o conflito de interesses; a colaboração entre pesquisadores; a manutenção de registros; a orientação e as responsabilidades sociais e éticas dos cientistas. A partir da análise desses três livros, observa-se que a integridade científica se preocupa com a condução responsável das pesquisas e com o rigor metodológico necessários para garantir confiabilidade e credibilidade na pesquisa.

A integridade acadêmica significa “[...] agir com os valores de honestidade, confiança, justiça, respeito e responsabilidade no aprender, ensinar e pesquisar” (UNIVERSITIES AUSTRALIA, 2017, p. 4)⁶. Na vasta literatura sobre integridade acadêmica, principalmente em inglês, há o consenso de que ela se estende a *toda a comunidade universitária*: docentes, pesquisadores, funcionários e estudantes. A integridade acadêmica é importante para a reputação de um indivíduo e de uma universidade (BRETAG *et al.*, 2013 *apud* UNIVERSITIES AUSTRALIA, 2017).

Entre as publicações que assumem o conceito de integridade acadêmica, destacamos o *Handbook of academic integrity* (BRETAG, 2016) e *L’urgence de l’intégrité académique* (BERGADAÀ; PEIXOTO, 2021). O livro de Bretag (2016) reúne textos de pesquisadores de diversos países. A maior parte dos capítulos apresenta concepções de integridade acadêmica e iniciativas relacionadas à sua promoção. Há também capítulos sobre políticas e práticas de integridade acadêmica, plágio, comercialização da Educação Superior e integridade acadêmica na era digital. A coletânea organizada por Bergadaà e Peixoto (2021) possui 32 capítulos, que abordam

⁶ “Academic integrity means acting with the values of honesty, trust, fairness, respect and responsibility in learning, teaching and research”.

aspectos relacionados à necessidade de restaurar a confiança acadêmica, o papel das universidades na promoção e na difusão da integridade acadêmica, problemas de violação à integridade na pesquisa e na publicação durante a pandemia da covid-19.

Segundo Yakovchuk, Badge e Scott (2011), a noção que atualmente é chamada de integridade acadêmica teve origem no final do século XVIII, com os “códigos de honra acadêmica” [*honor code*] nas universidades estadunidenses. O código de honra focava no dever, no orgulho, no poder e na autoestima. Assim, a integridade acadêmica estava ligada apenas ao *status* e à aparência de caráter íntegro do indivíduo. No século XIX, o conceito de integridade evoluiu da honra individual para a honra da universidade como instituição. Tal evolução foi importante para promover a unidade nas instituições acadêmicas como um todo e incentivar os estudantes a se responsabilizarem por atos desonestos. Ao longo do tempo, ocorreu a separação dos ideais de integridade acadêmica para estudantes e professores. Em virtude disso, na década de 1970, a maioria das universidades estadunidenses possuía códigos de honra para seus estudantes e membros do corpo docente, embora esse conceito não tenha se popularizado em outras partes do mundo (YAKOVCHUK; BADGE; SCOTT, 2011).

Segundo Rettinger e Bertram Gallant (2022), a popularização do termo integridade acadêmica é atribuída ao estadunidense Donald L. McCabe (1992). As origens do movimento contemporâneo de pesquisa e prática de integridade acadêmica remontam a 1992, quando foi criado o *Center for Academic Integrity (CAI)*⁷, em resposta aos achados de McCabe de que a maioria dos estudantes das universidades estadunidenses cometiam fraudes ou trapaças.

O conceito de integridade acadêmica traz contribuições relevantes. Em primeiro lugar, estende-se para toda a comunidade acadêmica (docentes, pesquisadores, estudantes, funcionários) e vai além das condutas no processo de pesquisa, pois envolve aspectos relacionados à publicação, à orientação de estudantes, à docência, entre outros. Em segundo lugar, a integridade acadêmica tem sido um campo muito fértil de pesquisas, principalmente no plano internacional. Entre as questões que têm sido exploradas nas pesquisas, destacam-se as seguintes: estratégias para a criação de uma cultura de integridade, ações formativas para prevenir fraudes acadêmicas, levantamento das principais ações de desonestidade entre

⁷ Atualmente, é designado como *International Center for Academic Integrity (ICAI)* – em português, Centro Internacional de Integridade Acadêmica.

pesquisadores e docentes etc. (CERDÀ-NAVARRO *et al.*, 2023; MACFARLANE; ZHANG; PUN, 2014; RETTINGER; BERTRAM GALLANT, 2022).

As principais atitudes e os comportamentos que violam a integridade acadêmica, de acordo com a literatura existente, são as seguintes:

- a) plágio;
- b) fraudes⁸;
- c) compra e venda de trabalhos acadêmicos (*contract cheating*)⁹;
- d) ações desonestas em situações de avaliação e exames (fraude, colusão, falsificação de identidade e suborno);
- e) fabricação ou falsificação de dados;
- f) reciclagem ou resubmissão de trabalhos já publicados;
- g) sabotagem¹⁰;
- h) colusão¹¹; e
- i) má conduta docente (SIAPUTRA; SANTOSA, 2016).

⁸ Em inglês, “*cheating*”.

⁹ Em inglês, utiliza-se o termo *contract cheating*, cunhado por Clarke e Lancaster (2006) para designar a terceirização acadêmica. Atualmente, tem sido empregado também o termo *essay mill* ou *term paper mills* (contratação fraudulenta ou “fábrica de trabalhos”). Para Lancaster e Clarke (2016), os seis principais tipos de *contract cheating* são os seguintes: 1 – Serviços de redação; 2 - Amigos, familiares e outros alunos; 3 - Professores particulares; 4 - Serviços de edição de texto; 5 - *Sites* de agências; e 6 – Classificados reversos. Jones (2011) inclui: dar ou receber informações durante um exame, teste ou avaliações, na sala de aula ou *online*; usar materiais não autorizados em exames (por exemplo, anotações); utilizar respostas ou trabalhos de outros estudantes; submeter trabalhos já apresentados no curso; sabotar, deturpar ou fabricar trabalhos escritos, fontes, pesquisas, ou resultados, bem como ajudar outro aluno a cometer um ato de desonestidade ou mentira para proteger um aluno que cometeu atos fraudulentos. Atualmente, em virtude do desenvolvimento de ferramentas da inteligência artificial (por exemplo, *Chat GPT* e ferramentas de paráfrase), pode-se ampliar a lista de tipos de fraudes e terceirização acadêmica.

¹⁰ Sabotagem refere-se às ações tomadas pelos autores para obter benefícios acadêmicos ilegítimos ou reduzir os benefícios de outros membros do grupo ou comunidade acadêmica. Por exemplo, para obter uma pontuação maior do que outros membros da mesma comunidade acadêmica, o autor apaga os arquivos de dados dos outros membros, fazendo com que apenas os dados do autor estejam completos e prontos para análise. Outro exemplo é quando um revisor de um artigo científico atrasa intencionalmente a revisão para enviar um trabalho semelhante, ou se o revisor usar o manuscrito em revisão para seu próprio benefício. Essa categoria também inclui o caso de intencionalmente fazer e relatar relatórios falsos para desacreditar a reputação ou a realização de alguém. O conceito de “sabotagem” pode ocorrer também entre estudantes (SIAPUTRA; SANTOSA, 2016).

¹¹ O termo “colusão” (em inglês, *collusion*) pode ser definido como: “Conluio das partes com o fim de enganar o juiz, em prejuízo de terceiros” (PRADO E SILVA *et al.*, 1983, p. 449). No campo acadêmico, o termo pode ser compreendido de forma mais ampla e referir-se a situações variadas, envolvendo docentes, pesquisadores, estudantes e outros membros de comunidade acadêmica.

Não há um consenso sobre todos os aspectos que a integridade acadêmica abrange. A partir das contribuições de Comas Forgas *et al.* (2011) e de Siaputra e Santosa (2016), destacamos que é possível ampliar a integridade acadêmica para as demais atividades que um docente-pesquisador realiza nas Instituições de Ensino Superior (IES). Comas Forgas *et al.* (2011) consideram que a integridade acadêmica é um conceito multidimensional e que está vinculado ao conjunto de atividades que se desenvolvem no cenário de uma instituição acadêmica (docência, pesquisa, aprendizagem, administração e gestão acadêmica) e que estão enquadrados em um contexto específico (país, cultura, nível educacional, instituição etc.). Siaputra e Santosa (2016) apresentam um diagrama com um conjunto de tipos de má conduta acadêmica (fabricação, falsificação e fraude, que incluem outras condutas; sabotagem e má conduta docente (*professorial misconduct*)).

Em um exercício de reflexão, listamos um conjunto de atividades de docentes-pesquisadores nas quais a integridade acadêmica pode ser aplicada (Apêndice A). O referido exercício de reflexão tem por objetivo alertar que, em termos éticos mais amplos, o bem agir e o agir de forma correta nas mais variadas situações da profissão docente e do ofício de pesquisador são atitudes promissoras para promover a melhoria contínua dos trabalhos, da convivialidade sadia e da maximização dos padrões éticos de docentes-pesquisadores. Exercícios de reflexão semelhantes podem ser desenvolvidos para outros segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, funcionários, gestores, pessoal de apoio etc. Embora a pesquisa sobre integridade acadêmica se concentre no Ensino Superior, consideramos que o conceito bem como os valores e os princípios de integridade acadêmica são aplicáveis à Educação Básica.

Segundo o documento “*The Fundamental Values of Academic Integrity*” (3ª edição), do *International Center of Academic Integrity* (ICAI, 2018), os valores da integridade acadêmica são os seguintes: honestidade, confiança, justiça, respeito, responsabilidade e coragem¹². O documento apresenta uma definição de cada um dos valores, seu significado no contexto da

¹² Entre as formas de demonstrar coragem, inclui-se “ser destemido na defesa da integridade”. A partir de reflexões pessoais, consideramos que outros dois valores contribuem para a ampliação da integridade acadêmica: o princípio da transparência total e o princípio de exemplarismo pessoal. O princípio da transparência total (*glasnost*) é um compromisso com a verdade, sem simulações ou acobertamentos. O princípio de exemplarismo pessoal é a condição evoluída de se viver dando exemplos de maturidade bem como de manter a coerência entre a fala e a ação (VIEIRA, 2005, 2011).

integridade acadêmica e formas de demonstrar cada um desses valores. Tomados em seu conjunto, os valores da integridade acadêmica formam uma espécie de código de ética e código de práticas que, se aplicado por um número crescente de pesquisadores, teria potencial para elevar os padrões éticos da comunidade acadêmica como um todo.

Em resumo, a integridade científica e a integridade acadêmica são conceitos fundamentais que desempenham papéis vitais para garantir a credibilidade e a confiabilidade da pesquisa acadêmica e científica. Embora sejam termos inter-relacionados, eles pertencem a domínios diferentes e têm ênfases distintas.

A integridade científica enfatiza a importância dos princípios e das práticas éticas da pesquisa científica. Preocupa-se com questões relacionadas à honestidade, à precisão, à transparência e à responsabilidade em todas as etapas da pesquisa científica, incluindo a concepção de experimentos, coleta e análise de dados, relatórios de resultados e publicação de resultados. O significado da integridade científica pode ser entendido por meio dos seguintes pontos:

- a) Adesão às boas práticas e condutas responsáveis de pesquisa: a integridade científica envolve considerações éticas, tais como: evitar conflitos de interesse, proteger seres humanos e animais e aderir a diretrizes éticas. Esses princípios protegem o bem-estar e os direitos dos indivíduos envolvidos na pesquisa científica.
- b) Avanço do conhecimento: a integridade científica garante que os resultados da pesquisa sejam confiáveis, formando a base e o contínuo progresso científico e inovação. Ao aderir a padrões rigorosos, os cientistas contribuem para o acúmulo de conhecimento preciso em seus respectivos campos.
- c) Reprodutibilidade e verificação: a integridade científica exige que os pesquisadores forneçam informações suficientes sobre seus métodos e dados, permitindo que outros reproduzam e verifiquem suas descobertas. Isso promove a transparência e permite a validação ou o refinamento do conhecimento científico.
- d) Confiança pública: a sociedade depende de pesquisas científicas conduzidas de modo ético para tomar decisões informadas e formular políticas.

A integridade acadêmica assume um caráter multidimensional, pois pode ser estendida ao conjunto de atividades que o pesquisador realiza na instituição e a toda a comunidade

acadêmica (pesquisadores, estudantes, técnicos, bolsistas). A importância da integridade acadêmica pode ser resumida nas seguintes questões-chave:

- a) Amplitude: a integridade acadêmica abrange todos os integrantes da comunidade acadêmica e pode assegurar um ambiente educacional mais justo e equitativo.
- b) Desenvolvimento intelectual: ao envolverem-se em práticas acadêmicas honestas, os estudantes são incentivados a explorar ideias, realizar pesquisas independentes e desenvolver habilidades de pensamento crítico.
- c) Desenvolvimento e maximização do senso ético: a integridade acadêmica cria ambientes mais adequados para o exercício de ética, da responsabilidade e aquisição de boas condutas acadêmicas.
- d) Avaliação justa: a integridade acadêmica estimula docentes e estudantes a agirem com responsabilidade, sem o emprego de práticas desonestas que distorcem o processo avaliativo e a avaliação imparcial.

A partir dessas considerações, propomos o emprego do termo integridade acadêmica e científica, com a finalidade de incorporar as contribuições de ambas as perspectivas.

Cultura de integridade acadêmica e científica

De acordo com o glossário de integridade acadêmica da *European Network of Academic Integrity* (ENAI, 2018), a cultura de integridade acadêmica refere-se ao conjunto de “[...] comportamentos individuais, de grupo e/ou institucionais, os valores, as crenças, atitudes e características que promovem e acompanham a integridade acadêmica” (ENAI, 2018, p. 17). Wan e Scott (2016) defendem que a cultura de integridade se inicia na escola elementar (anos iniciais de escolarização). Contudo, para criar uma cultura de integridade, há necessidade de difundi-la (BERGADÀ, 2021), debatê-la e desenvolver políticas institucionais voltadas à promoção da integridade.

Gallant (2008 *apud* SEIXAS *et al.*, 2014) identificou quatro dimensões da integridade acadêmica: uma dimensão interna (caráter do aluno); uma dimensão organizacional (normas de pares e dinâmicas de sala de aula); uma dimensão institucional (sistemas acadêmicos); e uma dimensão social (forças sociais mais amplas). Isso significa que a integridade acadêmica não é

um fenômeno individual e isolado, mas um fato social multifacetado. A violação da integridade acadêmica muitas vezes pode ser imperceptível (SEIXAS *et al.*, 2014).

Nos *sites* de diversas universidades estrangeiras e no *blog* da Turnitin¹³, há várias iniciativas relacionadas à promoção de uma cultura de integridade acadêmica. Diversos pesquisadores têm apresentado propostas para a promoção da cultura de integridade (e.g. GARRETT, 2011; HENDERSHOTT; DRINAN; CROSS, 2000; MCCABE; DRINAN; 1999; NUNES, 2023).

Para Bergadaà (2013 *apud* PEIXOTO *et al.*, 2016), uma cultura de integridade acadêmica tem de ser desenvolvida no contexto societal e, também, no âmbito de uma estratégia institucional que vise identificar, prevenir e punir as diversas formas de violação da integridade acadêmica. Michelle Bergadaà propõe um projeto institucional integrado para efetivar a integridade acadêmica. Esse projeto é baseado em um plano de ação de 12 pontos: envolver a gestão; operacionalizar um grupo de trabalho; promover o debate sobre o valor do conhecimento; sensibilizar para a necessidade de uma boa utilização da Internet; promover debates sobre ética; ter um *software* de detecção de plágio; elaborar uma deontologia pedagógica; formar e informar os alunos; informar os professores; formalizar um sistema de reclamações; acompanhamento com professores; e especificar e aplicar sanções (BERGADAÀ, 2013 *apud* PEIXOTO *et al.*, 2016).

Nunes (2023), após analisar os documentos de integridade acadêmica e científica de universidades portuguesas, propôs um “memorando de propostas” para IES, com sete orientações: 1. Afirmar a integridade como valor fundamental; 2. Sensibilizar para a integridade acadêmica e científica; 3. Encorajar medidas e iniciativas promotoras de integridade acadêmica e científica; 4. Desenvolver estruturas e processos de suporte à integridade acadêmica e científica; 5. Reforçar boas práticas acadêmicas e científicas; 6. Reduzir os riscos/oportunidades de desonestidade acadêmica e/ou científica; 7. Responder adequadamente à fraude, quando ela ocorre.

A partir da literatura consultada, sintetizamos as principais estratégias que podem ser úteis para promover a cultura de integridade no contexto brasileiro:

¹³ Disponível em: <https://www.turnitin.com/blog/starting-the-year-how-to-establish-a-culture-of-academic-integrity>. Acesso em: 20 jun. 2023.

- a) Criação de uma política institucional de ética em pesquisa e integridade acadêmica e científica:

A política institucional de ética em pesquisa e integridade acadêmica e científica pode ser definida como o conjunto de ações institucionais que visam a promoção das boas práticas de pesquisa e da integridade. A implementação dessa política pode levar ao desenvolvimento de uma cultura de integridade que, por sua vez, poderá melhorar a reputação e o reconhecimento da IES, bem como a qualificação permanente das práticas acadêmicas e científicas (MAINARDES, 2023a). A política institucional demanda a criação de uma seção ou de um escritório de gestão de integridade¹⁴ para gerir as ações. Algumas instituições criam comissões específicas para integrarem essa unidade de gestão. As principais funções desta unidade de gestão de integridade são as seguintes: produzir documentos, coordenar as ações formativas de pesquisadores e estudantes, dar encaminhamento adequado para denúncias de violação das normas de ética em pesquisa e integridade acadêmica. A política institucional necessitará definir o que entende por integridade acadêmica e quais aspectos pretende abarcar.

- b) Produção de documentos (diretrizes, orientações):

A promoção da cultura de integridade demanda a produção de documentos com diretrizes e orientações. Há uma variedade de documentos que podem ser produzidos, tais como:

- ✓ Código de ética e conduta.
 - ✓ Documento sobre boas práticas de pesquisa e integridade acadêmica (geralmente intitulados “Guias de boas práticas de pesquisa e integridade”).
 - ✓ Guia de Orientações antiplágio.
 - ✓ Política de privacidade e de proteção da dados.
 - ✓ Código de práticas para a docência.
 - ✓ Código de práticas para a orientação de estudantes da Graduação e da Pós-Graduação.
- (MAINARDES, 2023a).

¹⁴ A Controladoria-Geral da União (CGU) sugere a criação de unidade de gestão da integridade (BRASIL, 2019). Destacamos que o Plano de Integridade exigido pela CGU refere-se mais às questões administrativas e à governança institucional. A esse respeito, ver Mainardes (2023b).

É importante que a produção desses documentos seja participativa e democrática. Além disso, é importante prever ações de divulgação, que podem ser desenvolvidas de forma simultânea às atividades formativas.

c) Estratégias de formação:

A promoção de uma cultura de integridade demanda a formação contínua dos membros da comunidade acadêmica. É importante difundir a importância da integridade acadêmica e científica bem como expor as consequências das fraudes, do plágio e das violações às orientações constantes nos documentos institucionais. Os cursos de redação acadêmica e ensino das normas de citação e referenciação podem contribuir para a formação dos estudantes e, também, para a prevenção do plágio.

d) Uso das tecnologias:

A promoção da cultura de integridade demanda a utilização de tecnologias e instrumentos que garantam a autenticidade dos trabalhos acadêmicos.

Em síntese, a construção de uma cultura de integridade acadêmica e científica é uma meta alcançável. Para isso, faz-se necessário definir uma política institucional clara e coerente, com os direitos e as responsabilidades de todos os integrantes da comunidade acadêmica. De forma mais ampla, defendemos que a criação de uma cultura de integridade deveria ser uma meta do país e não apenas de instituições isoladas.

A integridade acadêmica e científica no Brasil

No Brasil, as discussões sobre integridade acadêmica e científica e cultura de integridade são recentes. Uma iniciativa relevante tem sido a realização do evento *Brazilian Meeting of Research Integrity and Publication Ethics* (BRISPE). O I BRISPE foi realizado em 2011; o II em 2013; o III em 2014; o IV em 2016; o V em 2018 e o VI em 2021¹⁵. Esse evento tem sido um espaço

¹⁵ No plano internacional, há o evento *World Conferences on Research Integrity*. A primeira edição foi realizada em Portugal, em 2007. As seguintes foram realizadas em Singapura (2010), Montreal (2013), Rio de Janeiro (2015), Amsterdã (2017), Hong Kong (2019), Cape Town (2022). A oitava edição ocorrerá em Antenas, em 2024 (<https://www.wcrif.org>). No evento de 2010, foi aprovada a Declaração de Singapura. A versão em português da referida declaração foi publicada na Revista Dados (DECLARAÇÃO..., 2010).

fundamental para a definição dos padrões brasileiros de integridade em pesquisa (FAPESP, 2013 *apud* HEITMAN; LITEWKA; VASCONCELOS, 2016; VASCONCELOS *et al.*, 2015).

No que se refere à pesquisa sobre ética e integridade acadêmica e científica, observa-se que são poucos os pesquisadores da temática. As demandas de pesquisa são inúmeras, pois ainda há poucos dados sobre plágio e fraudes acadêmicas no contexto brasileiro, bem como das ações institucionais voltadas à promoção da integridade acadêmica nas universidades, agências de fomento e fundações de pesquisa.

Atualmente, em diversos países, tem aumentado o interesse na elaboração (ou revisão) de documentos sobre ética e integridade (guias, códigos) com a finalidade de explicitar diretrizes; divulgar canais de denúncia de violações e punições; e desenvolvimento de estratégias de formação¹⁶. Além da publicação de documentos, diversas instituições têm criado espaços institucionais para a gestão da integridade, com a finalidade de desenvolver políticas institucionais. Os pesquisadores da temática defendem que a criação de tais políticas contribui para a efetivação de uma “cultura de integridade acadêmica e científica” (ENAI, 2018, p. 17).

Além do documento “Ética e Integridade na Prática Científica”, do CNPq (BRASIL, 2011), outras agências de fomento, tais como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) publicaram diretrizes específicas, enfatizando as “boas práticas científicas” (FAPESP, 2014; FAPERGS, 2021). No caso da Fapergs, optou-se por utilizar os termos boas práticas científicas e integridade acadêmica (FAPERGS, 2021).

A partir de um levantamento preliminar realizado em sites das IES, agências de fomento e fundações de pesquisa, identificamos que algumas IES já possuem documentos sobre ética, boas práticas de pesquisa e integridade acadêmica, adotando diferentes termos (Quadro 1).

¹⁶ No dia 5 de maio de 2023, no Diário da República (Portugal), foi publicado o Código de Ética, Conduta e Integridade da Universidade de Coimbra (PORTUGAL, 2023).

Quadro 1 – Exemplos de documentos sobre ética, boas práticas de pesquisa e integridade – Instituições de Ensino Superior – Brasil (2014-2023)

Instituição	Título do documento	Ano
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	<i>Boas práticas científicas</i>	2014
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	<i>Diretrizes sobre Integridade acadêmica</i>	2015
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	<i>Integridade ética na pesquisa</i>	2016
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	<i>Boas práticas, rigor e integridade na pesquisa científica</i>	2018
Universidade de São Paulo (USP)	<i>Guia de boas práticas científicas</i>	2019
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	<i>Boas práticas e integridade em pesquisa</i>	2020
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	<i>Guia de boas práticas de pesquisa científica na UFPeI</i>	2020
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	<i>Guia para integridade em pesquisa científica</i>	2020
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	<i>Boas práticas e integridade em pesquisa da UFRRJ</i>	2021
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	<i>Guia de boas práticas acadêmicas</i>	2021
Universidade São Francisco (USF)	<i>Boas práticas científicas</i>	2021
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	<i>Integridade na pesquisa (Institui a Política de Integridade em Pesquisa)</i>	2022
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	<i>Guia de boas práticas na pesquisa científica</i>	2022
Universidade Estadual de Ponta Grossa	<i>Código de Ética</i>	2023

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado a partir de Mainardes (2023a).

Os dados apresentados no Quadro 1 são exemplos de iniciativas importantes para a promoção da ética e da integridade acadêmica e científica nas IES. A análise preliminar dos documentos disponibilizados pelas IES e agências de fomento indica que: a) diante da diversidade de termos utilizados, há necessidade de defini-los de forma mais clara, a partir da literatura internacional e nacional; b) além da publicação de documentos, é essencial a criação de políticas institucionais de ética e integridade; c) é preciso estimular as agências de fomento para a elaboração de documentos de ética e integridade; e d) faz-se necessário garantir a participação da comunidade acadêmica na formulação de políticas institucionais e de documentos orientadores.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos conceitos básicos relacionados à ética e à integridade, bem como algumas propostas para a promoção da cultura de integridade nas IES, agências de fomento e fundações de pesquisa. A partir de um levantamento preliminar realizado em *sites*, constatamos que, até o presente, poucas IES, agências de fomento e fundações de pesquisa disponibilizam documentos específicos sobre ética e integridade. Diante disso, destacamos a importância da criação de políticas mais amplas e massivas que estimulem tais instituições a desenvolverem políticas institucionais próprias de ética e integridade. Destacamos a importância da participação democráticas das políticas e documentos, garantindo que os integrantes da comunidade acadêmica possam participar, debater, sugerir.

Tendo em vista que, no Brasil, a literatura sobre ética e integridade ainda é escassa, há diversos temas que podem constituir uma agenda de pesquisa, tais como: o levantamento de políticas institucionais de ética e integridade das IES, agências de fomentos e fundações de pesquisa; inventário de documentos disponibilizados pelas instituições (códigos, guias, cartilhas); mapeamento de práticas questionáveis de pesquisa mais comuns no contexto brasileiro; levantamento de casos de plágio, falsificação e fabricação; pesquisas sobre desonestidade acadêmica; estratégias para a construção da cultura de integridade.

Referências

ABL. Academia Brasileira de Letras. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALMEIDA, F. *et al.* *A fraude acadêmica no Ensino Superior em Portugal: um estudo sobre a ética dos alunos portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

ALMEIDA, F. *et al.* *Fraude e plágio na Universidade: a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

BARBOSA, Q. F.; RODRIGUES, C. S.; NOVAES, M. R. C. G. Integridade científica na educação de profissionais de saúde. *Revista Bioética*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 120-126, 2019.

BERGADAÀ, M. Diffuser l'intégrité. In: BERGADAÀ, M.; PEIXOTO, P. (ed.). *L'urgence de l'intégrité académique*. Caen: Éditions EMS, 2021. p. 455-461.

BERGADAÀ, M.; PEIXOTO, P. (ed.). *L'urgence de l'intégrité académique*. Caen: Éditions EMS, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Ética e integridade na prática científica*. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Integridade pública. CGU, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/integridade-publica/saiba-mais>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRETAG, T. (ed.). *Handbook of academic integrity*. Berlin: Springer Science+Business Media Singapore, 2016.

BRETAG, T. *A research agenda for academic integrity*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020.

CASADO, M. *et al.* *Declaración sobre integridad científica en investigación e innovación responsable*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2016.

CERDÀ-NAVARRO, A. *et al.* Analysis of the prevalence, evolution, and severity of dishonest behaviors of Spanish graduate students: the vision of academic heads. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21027.009>

CLARKE, R.; LANCASTER, T. Eliminating the successor to plagiarism? Identifying the usage of contract cheating sites. Proceedings of 2nd Plagiarism: Prevention, Practice & Policy Conference. Newcastle: JISC Plagiarism Advisory Service, 2006.

COMAS FORGAS, R. *et al.* La integridad académica entre el alumnado universitario español. *Estudios Pedagógicos*, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 207-225, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052011000100011>

COMAS FORGAS, R. *et al.* Automatic paraphrasing tools: an unexpected consequence of addressing student plagiarism and the impact of COVID in distance education settings. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21679.020>

DECLARAÇÃO de Singapura sobre integridade em pesquisa. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 1, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300008>

ENAI. European Network for Academic Integrity. *Glossário de Integridade Acadêmica*. Relatório. ENAI, [s. l.], 31 jan. 2018. Disponível em: <https://www.academicintegrity.eu/wp/glossary/culture-of-academic-integrity/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FAPERGS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. *Guia de Boas Práticas Científicas e Integridade Acadêmica 2021*. Porto Alegre: Fapergs, 2021. Disponível em: <https://admin.fapergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202109/17150000-guia-de-boas-praticas-cientificas-e-integridade-academica.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Código de Boas Práticas Científicas*. São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em: [https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo de Boas Praticas Cientificas.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo%20de%20Boas%20Praticas%20Cientificas.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

GARRETT, J. (ed). *Building a culture of academic integrity*. Based on the Magna Online Seminar “Helping Students Learn from Ethical Failures,” presented by Tricia Bertram Gallant, Ph.D. Madison: Magna Publications, 2011.

GORUP, M. Ethics of discourse analysis. In: IPHOFEN, R. (ed.). *Handbook of research ethics and scientific integrity*. Cham: Springer, 2020. p. 531-549.

HEITMAN, E.; LITEWKA, S.; VASCONCELOS, S. Education in Research Integrity and Governance of Science in the United States, Argentina, and Brazil. In: BRETAG, T. (ed.). *Handbook of academic integrity*. Berlin: Springer Science+Business Media Singapore, 2016. p. 1-20.

HENDERSHOTT, A.; DRINAN, P.; CROSS, M. Toward enhancing a culture of academic integrity. *Journal of Student Affairs Research and Practice*, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 270-281, 2000.

ICAI. International Center for Academic Integrity. *The fundamental values of academic integrity*. 3. ed. [S. l.]: ICAI, 2018. Disponível em: https://academicintegrity.org/images/pdfs/20019_ICAI-Fundamental-Values_R12.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

IPHOFEN, R. (ed.). *Handbook of research ethics and scientific integrity*. Cham: Springer, 2020.

JONES, L. R. *Academic integrity & academic dishonesty: a handbook about cheating & plagiarism*. Revised & Expanded Edition. Melbourne: Florida Institute of Technology, 2011.

KOEPSSELL, D. *Scientific integrity and research ethics: an approach from the ethos of Science*. Cham: Springer, 2017.

KRAVJAR, J. *Integrity is not a component of ethics, integrity is much more*. 2018. Disponível em: <https://www.euroscientist.com/academic-integrity/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LANCASTER, T. Academic dishonesty or academic integrity? Using natural language processing (NLP) techniques to investigate positive integrity in academic integrity research. *Journal of Academic Ethics*, [s. l.], v. 19, p. 363-383, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10805-021-09422-4>

LANCASTER, T.; CLARKE, R. Contract cheating: the outsourcing of assessed student work. In: BRETAG, T. (ed.). *Handbook of academic integrity*. Berlin: Springer Science+Business Media Singapore, 2016. p. 186-199.

MACFARLANE, B.; ZHANG, J.; PUN, A. Academic integrity: A review of the literature. *Studies in Higher Education*, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 339-358, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075079.2012.709495>

MACHADO, B. C.; PIRES, M. F. C. *Programa de integridade na pesquisa para instituições e cientistas: ciência de qualidade se faz com integridade*. São Paulo: Dialética, 2022.

MACRINA, F. *Scientific integrity: text and cases in responsible conduct of research*. 4. ed. Richmond: Virginia Commonwealth University, 2014.

MAINARDES, J. Política institucional de ética em pesquisa e integridade. In: ANPEd. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ed.). *Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Volume 3. Rio de Janeiro: ANPEd, 2023a. p. 234-256.

MAINARDES, J. *Integridade pública no Poder Executivo Federal – Brasil*. 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.21789.79841>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARANHÃO, C. M. S. de A.; SANTOS, F. C. P. dos; FERREIRA, P. T. M. Banalização da fraude acadêmica: reflexões à luz da teoria da semicultura de Adorno. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 249-263, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016158799>

MARINHO, M. E. P.; VARELLA, M. D. Plágio em trabalhos acadêmicos: proposta de políticas institucionais de integridade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 354-365, jan./jun. 2015.

MCCABE, D. L. The influence of situational ethics on cheating among college students. *Sociological Inquiry*, [s. l.], v. 62, p. 365-374, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1992.tb00287.x>

MCCABE, D. L.; DRINAN, P. Toward a culture of academic integrity. *Chronicle of Higher Education*, [s. l.], v. 46, n. 8, p. B7-B10, 1999.

NUNES, L. *Estratégias para promover a integridade acadêmica e científica: atualização de um memorando de propostas*. In: ANPEd. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ed.). Volume 3. Rio de Janeiro: ANPEd, 2023. p. 257-276.

NUNES, L. *Estratégias promotoras da integridade acadêmica e científica – Instituições de Ensino Superior em Portugal*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30021>. Acesso em: 7 jan. 2023.

PARRY, J. Developing standards for research practice: some issues for consideration. In: IPHOFEN, R. (ed.). *Finding common ground: consensus in research ethics across the social sciences*. Bingley: Emerald Group Publishing Ltd, 2017. p. 77-102.

PEIXOTO, P. *et al.* Políticas institucionais, em Portugal, relativas à fraude acadêmica. In: ALMEIDA, F. *et al.* (org.). *Fraude e plágio na Universidade: a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 195-239.

PRADO E SILVA, A. *et al.* *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos do Brasil, 1983.

RETTINGER, D. A.; BERTRAM GALLANT, T. (ed.). *Cheating academic integrity: lessons from 30 years of research*. Hoboken: Wiley, 2022.

SEIXAS, A. M. *et al.* *Creating a culture of academic integrity: the role of institutional policies among Portuguese Higher Education institutions*. International Conference – The future of Education – 4th Edition. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/44305>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SIAPUTRA, I. B.; SANTOSA, D. A. Academic Integrity Campaign in Indonesia. In: BRETAG, T. (ed.). *Handbook of academic integrity*. Berlin: Springer Science+Business Media Singapore, 2016. p. 42-50.

STENECK, N. H. Fostering integrity in research: definitions, current knowledge, and future directions. *Science and Engineering Ethics*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 53-74, 2006. DOI: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-006-0006-y>

THE Concordat to support research integrity. 2019. Disponível em: <https://www.universitiesuk.ac.uk/sites/default/files/field/downloads/2021-08/Updated%20FINAL-the-concordat-to-support-research-integrity.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

UNIVERSITIES AUSTRALIA. *Academic integrity best practice principles*. [S. l.]: Universities Australia, nov. 2017. Disponível em: <https://www.universitiesaustralia.edu.au/wp->

[content/uploads/2019/06/UA-Academic-Integrity-Best-Practice-Principles.pdf](#). Acesso em: 20 fev. 2023.

VASCONCELOS, S. M. R. *et al.* Brazilian science and research integrity: Where are we? What next? *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 87, n. 2, p. 1259-1269, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0001-3765201520150165>

VIEIRA, W. Evolução transparente. *In: ENCICLOPÉDIA da Conscienciologia*. Foz do Iguaçu: CEAEC, 2011. p. 1-4. Disponível em: <http://encyclossapiens.space/buscaverbete/index.php>. Acesso em: 21 mar. 2023.

VIEIRA, W. Princípio do exemplarismo pessoal. *In: ENCICLOPÉDIA da Conscienciologia*. Foz do Iguaçu: CEAEC, 2005. p. 1-3. Disponível em: <http://encyclossapiens.space/buscaverbete/index.php>. Acesso em: 21 mar. 2023.

WAN, G.; SCOTT, M. R. Start them early and right: creating a culture of academic integrity in elementary schools. *In: BRETAG, T. (ed.). Handbook of academic integrity*. Berlin: Springer Science+Business Media Singapore, 2016. p. 413-427.

YAKOVCHUK, N.; BADGE, J.; SCOTT, J. Moving beyond plagiarism detection towards a culture of academic integrity. *Journal for Excellence in Teaching and Learning*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 63-76, 2011.

Apêndice A – Lista de atividades de docentes-pesquisadores/as nas quais a integridade acadêmica e científica pode ser aplicada (exercício de reflexão)

- ✓ Atividades de Extensão Universitária
- ✓ Avaliação da aprendizagem dos estudantes
- ✓ Avaliação de artigos de periódicos
- ✓ Avaliação de projetos para agências de fomento
- ✓ Avaliação de trabalhos de eventos
- ✓ Conduta em eventos acadêmico-científicos
- ✓ Conduta em processos eleitorais externos
- ✓ Conduta em processos eleitorais na Instituição
- ✓ Conduta em situações de greve e mobilizações
- ✓ Coordenação de Grupos de Pesquisa

- ✓ Definição de coautorias
- ✓ Desenvolvimento de pesquisas
- ✓ Docência (Graduação, Pós-Graduação, Cursos livres etc.)
- ✓ Editoria de periódicos
- ✓ Exercício de funções acadêmico-administrativas
- ✓ Funções de representação em conselhos e organizações da sociedade civil
- ✓ Funções de representação na Instituição
- ✓ Gestão de projetos de pesquisa
- ✓ Interação com estudantes, pares, comunidade em geral
- ✓ Orientação de estudantes
- ✓ Participação em Associações acadêmico-científicas
- ✓ Participação em bancas de Concurso e testes seletivos
- ✓ Participação em bancas de trabalhos de conclusão de curso
- ✓ Participação em Comissões de Departamentos, setores etc.
- ✓ Participação em Comitês de Ética em Pesquisa
- ✓ Processos seletivos para admissão de estudantes
- ✓ Publicações
- ✓ Relacionamento com colegas/pares
- ✓ Representação em agências de fomento
- ✓ Uso de redes sociais

Fonte: Autor (2023).

Recebido em maio 2023.

Aprovado em outubro 2023.